

ACOMPANHAMENTOS PEDAGÓGICOS DESENVOLVIDOS EM SALAS REMOTAS COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNO: OS DESAFIOS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.

MARIA DO CÉU DE ARAÚJO SANTOS

Doutoranda em Comunicação Linguagens, e Cultura - Universidade da Amazônia - UNAMA, mariadoceuas@hotmail.com; Mestra em Comunicação, Linguagens e Cultura - Universidade da Amazônia (UNAMA); Especialista em Psicopedagogia - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professora da Universidade da Amazônia (UNAMA).

JONATHAN ALVES CIPRIANO

Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade da Amazônia - UNAMA, alves.jonathan.0791@gmail.com;

RESUMO

O artigo visa compreender como as práticas pedagógicas, em sala remota, foram desenvolvidos para que os (as) alunos (as) com deficiência e transtorno continuem tendo acesso ao processo de aprendizagem no ensino Superior. A mudança repentina, a partir do 1º caso de COVID-19 no estado do Pará, do regime presencial para o regime remoto, antecipa as já sinalizadas mudanças no ensino. Essas estavam sendo potencializadas pelo ensino híbrido. A competência docente em desenvolver atividades e recursos para inclusão de pessoas com deficiência e transtorno torna-se, nesse contexto, um desafio, no processo de ensino-aprendizagem, constante. O estudo faz um recorte para pessoas com Surdez e Transtorno do Espectro do Autismo, com propósito de análise documentos do Núcleo de Atendimento Educacional (NAEE) de uma instituição de Ensino Superior; acompanhamento de como ocorreu o processo de práticas desenvolvidas pelos professores; e identificar os recursos humanos e tecnológicos disponibilizados aos (as) alunos (as). A pesquisa dialoga com o processo inclusivo de forma geral, no ensino, mas direciona as análises para alunos (as) com surdez e com TEA, em uma instituição de ensino superior, em contexto de pandemia.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas, deficiência, transtorno, Covid-19, Processo inclusivo, ensino superior.

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão de pessoas com deficiências e Transtornos vem se consolidando ao longo dos anos, por meio de leis, decretos e luta de espaços em instituições de ensino básico e superior. Conquistas e retrocessos são reconhecidos no movimento inclusivo, identificados em instituições de ensino que materializam as matrículas, mas não possibilitam a inclusão; assim como identificados em instituições que no ato da matrícula apresentam ações de acessibilidade de espaço, metodologias diferenciadas, formação do corpo docente e enfrentamento de dificuldades reveladas no processo.

A magnitude do processo inclusivo nas instituições de ensino superior é um desafio diário. Assegurar, a todo instante, o direito de alunos (as) que ao longo da vida escolar, na sua maioria, foi negado por meio de práticas não inclusiva como: não acessibilidade, ausência de intérpretes de Libras durante as aulas, materiais não adaptados, uso inadequado de metodologias e, de uma forma mais revoltante, o descaso pela amplitude que é o ato de incluir. Nessa nova etapa de ensino, além de possibilitar o direito desses (as) alunos (as), temos o dever de reescrever, juntos, uma nova história da inclusão no ensino superior.

Tendo como base pesquisas realizadas no Brasil – Censo 2010 -, estima-se que 45 milhões de pessoas, o que equivale a quase 25% da população, apresentam alguma deficiência, sendo que 9 milhões desse montante estão com idade entre 15 e 60 anos e destes, somente 18,4% tem acesso a algum atendimento de especializado e/ou serviços sociais. A pesquisa afirma que o quantitativo de pessoas com deficiência sem instrução é elevado, com dados que sinalizam a real necessidade de discussão, reflexão e efetivação de ações inclusivas para reverter essa realidade.

Os dispositivos legais como Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996, e, mais recente, a Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015 garantem o direito ao processo formal de ensino e aprendizagem com qualidade, de forma que garantam acessibilidade, adaptações metodológicas, recursos humanos e técnicos, formação docente continuamente e ações inclusivas diferenciadas que alcance e resolva, individualmente, a inclusão integral de pessoas com deficiência em todas as instituições de ensino básico e superior.

O processo inclusivo deve acompanhar as mudanças do contexto contemporâneo, refletindo a sua amplitude e dinâmica, a sua cientificidade, as relações humanas estabelecidas, os lugares e dificuldades específicas de cada aluno e aluna. Esse é um direito social, e só com a efetivação de práticas inclusivas efetivas será garantida vida digna a todos os cidadãos e cidadãs.

A pandemia do Covid-19 provocou nas escolas e nas universidades uma reinvenção do processo educacional, mediante as normativas da lei. A universidade buscou alternativas de acessibilidade às pessoas com deficiência, a partir de uma estruturação digital, com aquisição de equipamentos, desde a formação continuada dos profissionais da educação, fortalecendo a dialogia entre docente e discente, além das condições de ensino e aprendizagem, para que pudessem mediar e suprir esta demanda universitária dos alunos com deficiência. A mudança do regime de aula do presencial para o ensino remoto na Universidade da Amazônia (UNAMA) situada na cidade de Belém, estado do Pará foi imediata e ocorreu logo após a confirmação do primeiro caso de contaminação do novo Coronavírus (Covid-19), no dia 18 de março de 2020.

No mundo, o primeiro caso de contaminação por COVID-19 ocorreu no dia 01 de dezembro de 2019, porém, no Brasil, só foi identificado no dia 26 de fevereiro de 2020. Após um ano e seis meses, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a doença COVID-19, causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), era uma pandemia, especificamente em 11 de março de 2020 e do primeiro caso de contaminação no Brasil, de uma pessoa posituada. Diante do problema, foi sancionada a Lei nº 13.979/2020, intitulada Lei da Quarentena, cujas normativas e diretrizes estabelecem pontos para frear o avanço da COVID-19, como,

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus (BRASIL, 2020, Art. 2o).

As mudanças repentinas e as adaptações do contexto universitário foram grandes, com desafios que vão desde a estruturação dos equipamentos necessários para dar suporte as transmissões das aulas, desde a

complementação na formação continuada desses professores, de modo que, as práticas inclusivas neste processo universitário estivessem de acordo com todas as diretrizes estabelecidas pelas Leis estabelecidas a fim de gerar experiências inclusivas, sociais e humanas na ótica universitária.

Ademais, a preparação teórica possui uma grande valia considerável no contexto acadêmico, porém a prática esconde processos árduos, surpresas e incertezas, a qual, em determinados casos, faz com que o profissional da educação esteja atento as mudanças que sejam pertinentes no decorrer desta atividade, ainda mais quando destinada a um público seletivo e que demanda maior atenção e observação.

Sendo assim, busca-se compreender de que modo a prática profissional está sendo refeita nesse árduo processo de adaptação. As pessoas com deficiência, portanto, procuram sua notoriedade na sociedade e para isso, a educação e a proposta de inseri-las mais ainda nas políticas educacionais, por meio das ações legais e atitudinais propostas por professores e da comunidade docente da universidade, produzem uma reformulação neste espaço, seja ele, por hora virtual ou presencial. Com essa prática é possível reescrever dinâmicas, ocasiões, processos, didáticas que por sinal, são pensadas cuidadosamente para sanar e amenizar dificuldades. Neste momento, mesmo em formato à distância, essas ações revelam o cuidado profissional, a dedicação e a sensibilidade para executar as propostas adaptadas de forma humana e social.

Nesse contexto, questiona-se como fazer? O que fazer? E o que não fazer para se preservar da contaminação? Paralelamente à vulnerabilidade social que estávamos vivendo, fomos aprendendo a lidar com incertezas, notícias falsas, sofrimento de lutos em números assustadores, o trabalho incansável dos profissionais da saúde, ausência de uma política pública de saúde que garantisse o maior número possível de brasileiros preservados da contaminação. Em relação à educação sofremos com a fragilidade do ensino formal, com escolas fechadas, ausência de aulas remotas, precariedade tecnológica nas instituições de ensino, falta de tempo para uma formação de práticas efetivas de metodologia ativas no regime remoto, que segundo a ótica de Sugahara *et.al.*(2021) afirmam:

No contexto da educação superior, a pandemia Covid-19 trouxe mudanças contínuas com novos desafios aos alunos, professores e instituições de ensino como a garantia de um ensino de qualidade com a mediação das tecnologias digitais. A questão que se coloca é saber se os recursos de

acessibilidade à inclusão das pessoas incluindo as pessoas com deficiência durante a pandemia Covid-19, tema de interesse das instituições de ensino, estão presentes não apenas para atender aos dispositivos legais. (SUGAHARA, *et.al*, 2021, p.18)

As dúvidas, as fragilidades, os medos em como continuar caminhando na docência e a insegurança em se preservar de uma possível contaminação eram muitas. As reflexões eram incessantes, visto que por se tratar de um novo ambiente de desafios, de perdas com soluções por hora incertas, havia poucos estudos e formas de fazer. Isso gerou dúvidas e conseqüentemente uma incapacidade momentânea, por haver necessidade de se ressignificar totalmente a prática, mediante a observação e ao estudo, agora em um novo mundo: contexto de pandemia.

Nessa situação, a população mundial acompanhou pesquisas científicas incessantes, na busca por uma vacina, além da exposição de trabalhadores, de diversas áreas, em frentes de serviços que poderiam ter sido planejadas com mais prudência, objetivando a preservação da vida dessas pessoas.

No contexto de pandemia, enfrentar novos desafios no ensino remoto foi uma maneira de recomeçar o que já vinha sendo feito, agora com um outro olhar, com distanciamento social, com uso de tecnologias de acessibilidade, com uma vigilância, ainda maior, da presença e da compreensão do conhecimento por esses (as) alunos (as). Houve a necessidade de adaptações e de inserir em uma sala remota, os recursos necessários para a efetivação do ensino e da aprendizagem. Os lugares mudam, os tempos são outros, os recursos são desafiadores, o momento é novo e as inseguranças são apresentadas em diversos momentos.

Então, por conta do cenário social e epidemiológico, o ensino e aprendizagem deveriam, de certa forma, mudar em prol dessas novas necessidades, haja vista que assegurar um ensino dentro de um viés tradicional, não asseguraria em grande porcentagem uma gama de possibilidades da prática acadêmica e pedagógica às pessoas com deficiência. Apresentava-se o desafio da mediação tecnológica mais presente, mas sem deixar de perceber e efetivar aulas com a dimensão humana. Além da imposição, por conta do cenário pandêmico de usar estratégias de ensino que garantissem o conhecimento científico, o controle da dimensão técnica e a efetivação e garantia das relações humanas, mesmo sem o contato físico.

Por isso, com a ótica de um desafio alheio as vontades profissionais e refém da necessidade do novo paradigma da sociedade, houve repentina

emergência de uma preparação mais acentuada no processo educacional do docente universitário. A educação, comportando-se como ciência, está aberta a mudanças e reestruturações, para que a prática e o método sejam implementados da maneira com a qual ele poderá ser aproveitado em sua totalidade, visando a qualidade do ensino e da prática. O caráter de atenção e sentido da fala reforça-se juntamente pela Lei nº 13.146, capítulo IV, art. 27, parágrafo II:

Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015, s/p).

Diante disso, por meio da Lei, as Instituições de Ensino Superior, estão atentas, neste caso, dialogando restritamente com a realidade do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado da Universidade da Amazônia (NAEE/UNAMA, Belém/PA), uma vez que a instituição reconhece as potencialidades do desenvolvimento da Pessoa com Deficiência, assim como as normativas da Lei, como um direito essencial a sua cidadania, promoção social. Desse modo, o NAEE buscou dentro das dinâmicas legais, assegurar e garantir formas de ensino e aprendizagem dentro dos padrões oferecidos pela Instituição de Ensino Superior (IES), avaliando quais formas de ensino assegurariam o direito da pessoa com deficiência nesse momento de pandemia

Assim sentiu-se a necessidade de compreender, em um contexto real, como isso estava ocorrendo e como a proposta iniciada no presencial teve continuidade, com sucesso, no remoto. No texto, identificaremos a mudança de lugares das práticas tão asseguradas e fortalecidas no presencial, que foram readaptadas para o ensino remoto.

A pesquisa tem como objetivo compreender como as práticas pedagógicas recursos humanos e técnicos, em sala remota, foram desenvolvidos para que os (as) alunos (as) com deficiência continuem tendo acesso ao processo de aprendizagem no ensino superior. Para esclarecer o processo de ação, o caminho será: descrever como funciona o NAEE da UNAMA - Belém/Pa; comparar as mudanças do regime presencial para o regime remoto; identificar práticas pedagógicas utilizadas em sala remota.

METODOLOGIA

A proposta de investigação científica, como resultado de um artigo será embasado em movimento imprescindíveis para a sustentação da proposta: o rigor da escrita acadêmica, a ética no uso dos dados, os procedimentos metodológicos e as bases teóricas que garantam as discussões e as análises realizadas no corpo do trabalho. Deste modo, mediante as observações preliminares deste estudo, percebeu-se que com o aumento da necessidade do uso dos meios digitais, em decorrência das influências do processo de isolamento social, acabou lançando novos desafios com base ao processo educacional do ensino superior das pessoas com deficiência, uma vez que essa atividade possui em sua natureza um teor de seriedade e compromisso com a causa.

Metodologicamente, os procedimentos específicos usados para a realização da pesquisa foram de abordagem qualitativa, refletindo um contexto social da educação formal na efetivação de aula remotas adaptadas aos (as) alunos com deficiência, especificamente o Transtorno do Espectro do Autismo e a Surdez. A abordagem deixa claro que não serão levantados dados estatísticos ou quantitativos. Segundo Triviños (1987) é um estudo de análise objetiva e de validade conceitual que propõe a investigação de uma realidade que precisa ser conhecida e discutida como possibilidade e melhor efetivar práticas pedagógicas inclusivas.

O estudo foi do tipo bibliográfico e documental; na primeira realizou-se uma reflexão teórica com autores que pesquisam, discutem e publicam material científico acerca da inclusão e contexto pandêmico; no segundo apresenta-se um estudo dos documentos institucional utilizados em uma instituição privada de ensino superior no Atendimento Educacional Especializado e nesse caso, foram analisados documentos e ações desenvolvidas na instituição a fim de garantir a inclusão das pessoas com deficiência. Mediante estudos iniciais, atentou-se que o contato entre o docente e discente com deficiência sofreu reformulação, apontando novos caminhos na forma de realizar as demandas educacionais neste processo. A universidade, assim como qualquer instituição educacional, precisa fornecer à pessoa com deficiência, condições de acesso e permanência aos serviços educacionais, bem como a cidadania prescrita na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015, conforme abaixo:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e

aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, s/p).

Para melhor esclarecer e assegurar conceitualmente a proposta de pesquisa bibliográfica e documental, de acordo com a pesquisa realizada e os demais dados documentais, buscou-se conceituar em Severino que afirma:

(...) registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

No que diz respeito a pesquisa documental, o autor enfatiza:

(...) fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2007, p.122)

Sendo assim, observou-se por meio dos dados, estudos e inferências, entender de que forma a coletividade deste público (pessoas com deficiência) poderia ser abordado em uma nova prática educacional, pois a emergência das discussões das estratégias de ensino com a pandemia Covid-19 levou a uma busca pela construção de um novo ambiente educacional adequado ao ensino remoto (MEDEIROS; TAVARES, 2021; FAUSTINO; SILVA, 2020). Faz-se necessário compreender a ideia de reinvenção neste cenário e no paradigma da pandemia da Covid-19, haja vista que o contato humano, a comunicação em formato presencial, a troca de informações de maneira mais proximal, estão restritas, devido às necessidades sanitárias.

A partir da reflexão dos conceitos acima, esclarece-se que o recorte da deficiência e do transtorno se restringiu a Surdez e ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) cuja investigação aborda como as práticas inclusivas foram efetivas em sala remota de ensino em contexto pandêmico. Logo,

o objeto de estudo não foram alunos (as) com deficiência de Surdez e do TEA, mas sim, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo NAAE para incluir esse discentes na nova realidade de aula remota. Segundo Resende e Melo (2020, p. 93), o contexto de pandemia abre espaço para as discussões que “trazem tona quem está sendo privilegiado e quem é tornado invisível no processo educativo”. O caminho metodológico preza a forma ética e de análise criteriosa dos dados documentais, tendo como único objetivo esclarecer de forma criteriosa, o contexto de ações desenvolvidas em ensino remoto, cujos contatos físico e presencial, tão exitoso nas práticas presencias, não seriam possíveis nesse novo modelo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAAE), da Universidade da Amazônia (UNAMA) – Belém do Pará, no ano de 2016 passa por uma mudança na sua estrutura de acompanhamento dos alunos com deficiência que solicitam atendimento. As modificações tiveram como objetivo efetivar uma organização com base nas demandas de atendimento em um espaço de atendimento das famílias, aluno (as), coordenadores, professores (as), profissionais que acompanham os (as) alunos (as). Esse também passou a ser um espaço de referência para os discentes e de organização documental com registros de todo o processo de solicitação ao atendimento referente as deficiências e acompanhamentos dos especialistas.

O NAAE é composto por uma equipe multiprofissional de psicólogo, pedagoga, psicopedagoga, especialista em Educação Especial, Intérprete e Tradutor de Libras, Monitores e alunos pesquisadores voluntários. Todas as decisões referentes aos procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos com os (as) alunos (as) são determinados a partir de reuniões e estudos das deficiências e dos transtornos, de forma específica, atendendo à cada aluno (a).

Os estudos e determinações são realizados a partir da realidade particular de cada aluno(a), identificando seu contexto social e clínico. São revelados alunos com todo suporte necessário de acompanhamento, assim como discentes que apenas apresentam o nome da deficiência, do transtorno ou do déficit e nenhum acompanhamento de profissionais da saúde.

Segundo estudos sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), existem protocolos de acompanhamento individualizados, pois a disfunção é da ordem do comportamento, principalmente a dificuldade de comunicação e

interação social; são identificados de forma leve, moderada e grave; sempre estão presos a rotinas e padrões restritos e repetitivos de interesses e atividades (CAMPOS, PICCINATO, 2019, p. 12-13).

O autor Cunha (2017, p. 17-18)) nos coloca o surgimento e significado do autismo:

O termo autismo origina-se do Grego autós, que significa “de si mesmo”. Foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço E. Bleuler, em 1911, que buscava descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia. O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldade de interação social e atividades restrito-repetitivas.

Importante ratificar que o diagnóstico deve ser laudado por equipe multiprofissional e, inicialmente, por profissionais da saúde. As práticas educativas nos contextos das instituições de ensino devem ser estudadas e determinadas pelos profissionais que compõem a equipe inclusiva da instituição, esta que, ao longo da vida acadêmica do(a) aluno(a) é estendida a todos os profissionais que fazem parte da instituição de ensino.

O aluno com surdez tem identidades diferentes que devem ser respeitadas no contexto social e conseqüentemente no escolar. Alunos que dominam a Língua Brasileira de Sinais, alunos que fazem leitura labial, alunos que têm implante coclear, alunos que possuem mais de uma deficiência, alunos que têm uma surdez moderada ou profunda. O intérprete, para acompanhar esse aluno, deve ser educacional e além de intérprete também tradutor. Vale ressaltar a complexidade da Língua Brasileira de Sinais e da grande responsabilidade que o profissional intérprete e tradutor tem no ato de interpretar e até traduzir a voz do aluno.

A autora Mantoan (2015, p. 35) nos coloca a refletir o processo de inclusão e nos provoca a entender a natureza multiplicativa da diferença e como as práticas podem contribuir para efetivar o processo de aprendizagem, em que as intencionalidades educativas devem ser analisadas a partir dessas realidades: “as ações educativas têm como eixos o convívio com a diferença e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo da sala de aula”

Para atendimento desses alunos(as), foi essencial a organização dessas ações e para isso, criou-se documentos específicos que são preenchidos

pelos coordenadores de cursos e profissionais do Núcleo, respeitando o fluxo de atendimento: Coordenação de Curso – NAAE – Família – aluno (a) - Coordenação de Curso. Justifica-se esse procedimento para garantir a referência acadêmica do (a) aluno (a), com o curso, pois todas as decisões têm referência nos cursos que os (as) alunos (as) frequentam, que garante a não perda da identidade na formação acadêmica.

Nos últimos cinco anos do Núcleo, o acompanhamento de alunos (as) oscilou entre 40 e 60 alunos (as) e desses, apenas 30% (12 – 18 alunos (as)), precisam de acompanhamento especializado em dia de prova. Os outros, dependendo da deficiência e competências individuais, realizam provas adaptadas com ou sem tempo estendido, acompanhados, ou não, de profissionais especializados e outros recursos e profissionais. Todas as atividades avaliativas são analisadas e discutidas pedagogicamente com os professores, pedagogos e especialistas de educação inclusiva, assim como as atividades desenvolvidas em sala, os recursos utilizados e as estratégias selecionadas e efetivadas.

Para construir um processo de inclusão envolvendo, verdadeiramente, todos(as) as pessoas que fazem parte da Universidade, identificou-se a necessidade de incluir alunos (as) sem atendimento do Núcleo, para desenvolverem atividades com os alunos (as) com deficiência e transtorno, e formar grupos de estudos relacionados a temática de inclusão. Criou-se, assim, três frentes de ação: Edital de monitoria; Edital de aluno (a) voluntário com ações de projetos para a comunidade e Fóruns, palestras, mesas redondas e outras atividades acadêmicas, para debater temáticas da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade.

A monitoria é destinada aos alunos regulamente matriculados em um dos cursos de Pedagogia, Psicologia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da UNAMA, para desenvolverem atividades junto ao Núcleo e participarem de grupos de estudos. Os monitores recebem treinamento para capacitá-los a acompanhar alunos (as) em diversas atividades acadêmicas; são incentivados a produzirem pesquisas científicas e permanecem no núcleo durante 8 meses; ao final do processo recebem a certificação de monitoria e horas em atividades complementares.

A monitoria é de suma importância na implementação desses processos universitários e educacionais na pandemia. Além da necessidade da capacitação que é orientada pelo Núcleo, é relevante salientar que a busca individual e casual dessa complementação é estimulada no setor de inclusão, pois faz parte do processo. O estímulo e a curiosidade nessa reinvenção

profissional também são importantes dentro da própria monitoria, uma vez que auxilia o corpo profissional e renova as opções, visto que, muitas vezes, precisa-se de uma renovação de conceitos e ideias dentro de uma adaptação entre a prática e o ensino. Para tanto, faz-se necessário que nesse sistema dialógico na escuta, professores e alunos tenham condições de comunicar-se plenamente, sanando as problemáticas, estabelecendo vínculos sólidos durante a pandemia, para que não haja percas perdas no processo de garantias do direito social de acesso e permanência dos alunos com deficiência no nível superior, pois as pessoas com deficiência são cidadãos e fazem parte da sociedade e esta deve se preparar para lidar com a diversidade humana” (DUARTE et al., 2013, p. 291).

A seleção de alunos(as) voluntários(as) objetiva a interação entre alunos (as) atendidos pelo NAAE e de estudantes matriculados na instituição, mas, também, capacitar por meio de cursos e treinamentos na própria IES, discentes dos cursos de pedagogia, psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e alguns cursos específicos, para acompanharem os aprendizes com deficiência durante aulas nos laboratórios, visitas técnicas, período de provas, em sala específicas para atendimentos especializados e/ou em sala de aula, e nas diversas atividades que acompanham a vida de aluno(as) em uma universidade. Esses discentes ao final do processo, recebem carga-horária para serem creditadas em atividades complementares, componente curricular obrigatório nos cursos do ensino superior.

Os projetos organizados e realizados pelo NAAE atendem as demandas da comunidade acadêmica e ocorrem aos sábados e durante as férias e recesso dos docentes. Foram realizados cursos de Libras para crianças, Libras básica e avançada; elaboração de recursos didáticos para sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE); Audiodescrição; Sistema *Braille*; Palestras acerca de deficiências; e Legislação. Todas essas ações são acompanhadas e desenvolvidas por profissionais da área e com atuação na Universidade ou profissionais convidados de outras instituições, o que de fato assegura e desenvolve as potencialidades individuais dessas pessoas, mesmo que minimamente, buscando dentro deste processo de atividades, a base fundamental para a autonomia.

No contexto pandêmico, de imediato, foram elaborados dois projetos: o primeiro orientava a necessidade de organização e efetivação de horas de estudos, denominado: **Plano de estudo e organização de tempo para alunos com acompanhamento especializado, objetivando:** Interagir com o processo de aprendizagem dos(as) alunos(as) atendidos(as) no NAAE; direcionar

proposta potencializando o tempo de estudo; auxiliar na organização de Planos individuais de estudo dos(as) alunos(as) acompanhados(as) pelo NAAE; e esclarecer, possíveis dúvidas, relacionadas a plataforma *Teams*. O segundo projeto chamava: **Acompanhamento individualizado com acessibilidade na Plataforma *Teams* – legenda e Libras.**

Paralelamente aos projetos, todas as orientações e acompanhamento dos docentes foram redefinidas como: metodologias utilizadas, elaboração de provas na plataforma *Forms*, inclusão dos intérpretes e acompanhantes profissionais nas salas remotas, canal aberto de diálogos da instituição com os(as) alunos(as), família e profissionais da saúde direcionados pelos responsáveis dos (as) alunos(as). As reuniões *online* foram realizadas para escutarmos e decidirmos o melhor caminho de efetivar o processo de aprendizagem de cada aluno(a) acompanhado pelo Núcleo.

Todas essas condições e adequações para garantia de acessibilidade e processo de aprendizagem dos alunos foram, inúmeras vezes, ameaçadas pelos(as) alunos(as), diante da diversidade de condição econômica, familiar, social de cada um, por problemas como: sinal da internet; ausência de computador; ausência de espaços apropriados para o momento das aulas e realização dos trabalhos; o acompanhamento presencial dos professores; o distanciamento físico dos colegas; o processo concreto por meio de materiais didáticos, a ausência de atividades de pesquisa *in loco*; dentre outras.

Estratégias de ensino definidas pelos docentes eram analisadas para que fossem garantidas a acessibilidades dos alunos com TEA e Surdez. Os inúmeros recursos de interação da Plataforma *Teams*, utilizada pela instituição de ensino, facilitou a interação nas aulas, como exemplo a “mão levantada”, que cria uma ordem, trabalhando a garantia e o tempo de fala; a gravação das aulas, outro recurso de grande importância, pois o aluno podia assistir inúmeras vezes a aula; os filmes, reportagens, propagandas... todos com legendas; a construção de mapas mentais eram solicitados com um tempo de construção, para que todos participassem da atividade; os jogos interativos eram explicados e com tempo ampliado para não causar ansiedade nos alunos; a participação oral, durante os trabalhos poderiam ser substituídas por textos acadêmico caso aos alunos não se sentissem seguros; As adaptações das provas e o tempo estendido estavam garantidos no momento em que as questões eram postadas na plataforma. É necessário ressaltar que a autonomia docente é garantida, ela apenas muda o seu formato, agora compartilhada e dialogada com uma equipe multidisciplinar que objetiva a inclusão dos docentes com deficiências e transtornos.

O ambiente acadêmico é gerador de oportunidades para as Pessoas Com Deficiência, uma vez que considera a educação inclusiva como prioridade em suas rotinas educacionais, comunica em paralelo com a proposta educativa de inclusão, o que por sua vez relaciona-se com o contexto do NAAE, em que tanto professores, psicólogos, psicopedagogos, gestores, monitores, alunos e os demais profissionais se comunicam em congruência com a causa. Segundo Schneider (2020, p. 33) a inclusão envolve a todos, pelo fato de todos serem diferentes e com limitações, por isso o termo inclusão prevê uma adaptação social para que ocorra equidade entre os mais distintos indivíduos.

Para Schneider (2003, p. 48)

O desafio da superação das dificuldades de inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular, requer que se ultrapasse às práticas tradicionais e os sentimentos acerca das pessoas com necessidades educativas especiais, realizando a integração, nos âmbitos escolar, laborativo e comunitário, isto é, física, funcional, social e societal, deparando-se sobre a proposta que apresente, na atualidade, possibilidades concretas de promover o processo integracionista, defenda e implante a inclusão dos diversos grupos de alunos com necessidades educativas especiais, na escola de ensino regular.

Posto isto, durante todo o período de aulas remotas ocorreu a preparação dos docentes com palestras e oficinas metodológicas, objetivando maior formação profissional para atender esses alunos. Nesses encontros, os diálogos com outros profissionais promoveram possibilidades de práticas inclusivas e trocas de experiências exitosas realizadas nas outras unidades da instituição e que contribuíram com o processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o processo de pesquisa e reflexão acerca do objeto de estudo da pesquisa elucidou e ratificou a importância do processo de inclusão no ensino superior, assim como a efetivação de aulas inclusivas em ambientes remotos. É claro que nenhuma instituição de ensino estava pronta para enfrentar a realidade imposta pela pandemia da COVID-19, mas estava claro que era necessário fazer do ambiente remoto, um espaço de inclusão. Para isso, o trabalho precisa ser coletivo, não existe outro caminho, já que quando

a proposta é fazer junto, a intencionalidade das ações pedagógicas devem acontecer de forma planejada e com os objetivos claros para todos(as) os(as) envolvidos(as).

Essa ação se efetiva na troca de experiências, na sustentação de práticas metodológicas inclusivas; no comprometimento com o processo de aprendizagem desses(as) alunos(as); na dimensão humana em estar com outro e contribuir com o equilíbrio emocional e nas relações afetivas de todos(as), essas tão desgastadas e vulneráveis durante o período pandêmico; e com a clareza da formação continuada nos encontro pedagógicos proporcionados pela instituição.

A pesquisa identificou que a organização do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE), no modelo presencial, fortaleceu as ações no ensino remoto. Alunos, professores, psicólogos, gestores, intérpretes, tradutores, letores e demais profissionais já tinham seus papéis definidos e efetivados no regime presencial. Logo, quando houve a mudança para o remoto, as condições eram diferentes, mas as práticas já vinham sendo realizadas, foi necessário apenas fazer outras adaptações e continuar caminhando. Ficou claro, durante a pesquisa, que era necessário compreender o que já vinha sendo feito no regime presencial para que se entendessem as ações no regime remoto.

Entender e caminhar com compromisso e responsabilidade em uma proposta que, era institucional, mas ao mesmo tempo invade os espaços privados dos docentes e aluno(as). Dessa forma, o desafio se deu a partir do momento em que não se restringiu apenas à uma ordem didático-pedagógico, mas também do quê os discentes e docentes sinalizavam a partir do ineditismo da situação. Assim, se observam algumas dificuldades como: acesso à internet, ambiente de estudo, recursos tecnológicos, e a metodologia aplicada de maneira eficaz.

O cenário era desafiador, não se tinha exemplos, todos aprenderam e realizaram juntos. O contexto dos alunos de uma cidade no norte do Brasil revela inúmeras dificuldades, estas também são identificadas em outras regiões como econômicas, sociais e educacionais, o que em situação de pandemia agrava e influencia todo o fluxo de vida das pessoas. Logo, a realidade está colocada e precisava sofrer mudanças e interferências que tivesse como conseqüências resultados positivos no processo de aprendizagem de todos os discentes.

Este é um recorte de uma instituição, sabe-se que outras práticas e formas de enfrentamento dessa situação, aqui descrita, ocorreram em várias

regiões em diversos contextos. A pesquisa científica possui o objetivo de dialogar e fazer chegar, em diversos lugares, outras realidades, algumas bem distantes das nossas, outras tão próximas e, nessa troca, crescemos como pessoas e como profissionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10ago2021.

BRASIL. LBI 13146/2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08ago2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2020d. Disponível em: <https://bit.ly/2A5jQ9h>. Acesso em: 9set2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948> . Acesso em 09set2021.

CAMPOS, Viviane; PICCINATO, Ricardo. **Autismo do diagnóstico ao tratamento: as melhores orientações sobre o universo autista.** Bauru/SP: Alto Astral, 2019.ak

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 7 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

DUARTE, E. R. *et al.*. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. *In: Revista Brasileira de Educação Especial, Marília*, v.19, n.2, p. 289-300, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vysNf-qqGp33FbMDyzLwpVPC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 set 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer.** São Paulo: Summus, 2015.

MEDEIROS, L. R.; TAVARES, L. R. Percepções de alunos com deficiência intelectual no ensino remoto: reflexões sobre a linguagem. *In: Revista Linguagem em Foco*, v. 12, n. 3, p. 150-171, 2021.

ORRÚ, Sílvia Ester. **O Re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

RESENDE, N. S.; MELO, P. E. de. Diálogos sobre a escola em contexto de pandemia: contribuições do pensamento de Paulo Freire e do Construcionismo Social. *In: Pedagogia em Ação*, v. 13, n. 1, p. 84-95, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHNEIDER, Roseleia. Inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular: um desafio para o educador. *In: Revista de Ciências Humanas.* V. 4, n.4, 2003. Disponível em: www.fw.uri.br. Acesso em: 03set2021.

SUGAHARA, Maria Teresa Eglér. **Ensino Superior: Aprendizagem de alunos com deficiência no ensino remoto em tempos de pandemia.** São Paulo: Summus, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNAMA – Universidade da Amazônia. **Relatório de Atendimento Educacional Especializado.** Belém/Pa, anos: 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

UNAMA – Universidade da Amazônia. **Edital de Monitoria para o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado.** Belém/Pa, anos: 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

UNAMA – Universidade da Amazônia. **Edital Aluno Voluntário para o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado.** Belém/Pa, anos: 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.